



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 6 - 13 de abril de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- G-20 vislumbra nova ordem mundial..... 1
- Discussões da OMPI sobre patentes focalizam políticas públicas..... 3

NOTÍCIAS REGIONAIS

- Política Ambiental dos EUA: projeto ambicioso em debate no Congresso..... 5
- Formas alternativas de financiamento para o comércio bilateral Brasil-Argentina 6

BREVES MULTILATERAIS

- OMC pede que EU liberalize agricultura e serviços..... 7
- Países sul-americanos e árabes confiam na cooperação Sul-Sul para enfrentar a crise..... 8

BREVES REGIONAIS

- Países africanos lançam iniciativa de infraestrutura para intensificar comércio 9
- Moçambique aprova política para biocombustíveis 10
- Parceria Brasil-Chile requer análise das regras de origem..... 11

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 13
- Fóruns Regionais 13
- Informações Úteis 14

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

G-20 vislumbra nova ordem mundial

Durante os últimos meses, muitas expectativas foram geradas devido ao agravamento da crise econômica mundial, ao início da participação da administração Barack Obama nos fóruns internacionais e às promessas de uma nova estrutura para o sistema financeiro internacional.

Diante desse contexto, a enfática rejeição ao protecionismo e um auxílio adicional de US\$ 250 bilhões para financiamento do comércio foram parte dos compromissos assumidos pelos integrantes do G-20, reunidos em Londres no dia 2 de abril. A vintena de chefes de Estado e de Governo endossou seu apoio ao “plano global de recuperação e reforma”.

O documento anuncia a injeção de US\$ 1 trilhão em recursos adicionais – parte dos quais já havia sido distribuída – para instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e para o financiamento do comércio, cujos incentivos totalizam US\$ 50 bilhões do Banco Mundial. As competências do Conselho de Estabilidade Financeira - órgão que deverá buscar a aplicação de normas muito mais rígidas para o setor financeiro - foram ampliadas. Também foi ressaltada a necessidade de observar cautelosamente as barreiras comerciais inconsistentes com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e evitar o surgimento de novas medidas protecionistas.

O G-20 já havia condenado o recurso ao protecionismo e advogado em favor da conclusão da Rodada Doha em novembro do ano passado, durante reunião em Washington (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 3, No. 21, 24 nov. 2008, <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/34250/>). No entanto, no início de 2009, o Banco Mundial e a OMC alertaram a respeito do aumento no

número de medidas protecionistas. Em tom mais preocupante, o Banco Mundial salientou que 17 países do G-20 recorreram a medidas dessa natureza desde o agravamento da crise econômica (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 5, 30 mar. 2009, <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/44330/>). Por sua vez, a OMC preparou dois relatórios de acompanhamento sobre as medidas mencionadas (ver *Puentes Quincenal*, Vol. 6, No. 6, 7 abr. 2009, <http://ictsd.net/i/news/puentesquinzenal/44710/>).

Outra arquitetura para o sistema financeiro? Mais incentivos fiscais?

“O consenso de Washington acabou”, afirmou o Primeiro-Ministro da Inglaterra e anfitrião da reunião do G-20, Gordon Brown. Está em curso uma nova ordem mundial, na qual todo o sistema financeiro será renovado e mais atores e vozes serão considerados, disse Brown à imprensa. Diante desse novo cenário, o documento resultante da reunião manifesta acordo em torno da criação de “um novo consenso sobre os valores chave e os princípios que promoverão uma atividade econômica sustentável”.

O papel do FMI de auxiliar os países em desenvolvimento (PEDs) foi reforçado durante a reunião. Os integrantes do G-20 injetarão US\$ 50 bilhões nos fundos do FMI com o objetivo de triplicar sua capacidade de empréstimo. Outra grande reforma abordada pelo G-20 concerne a reestruturação e maior governabilidade do FMI e do Banco Mundial, de modo a conferir, na estrutura dessas entidades, maior voz e representação às economias emergentes, especialmente as mais pobres. Nesse sentido, propõe-se um processo de seleção aberto, transparente e justo para os dirigentes e ocupantes de altos cargos.

Entre as modificações no sistema financeiro, o comunicado prevê a imposição de registro e provimento de informações a respeito das operações de fundos de alto risco (*hedge funds*). No que tange aos salários e às compensações financeiras aos executivos, esses pagamentos deverão ser pautados no Código de Boas Práticas Empresariais, com vistas à formação de reservas de capital para situações de risco elevado enfrentadas pelas companhias.

A proibição dos paraísos fiscais figurou na lista de assuntos delicados tratados pelo G-20. A China mostrou-se resistente às restrições advogadas pela França e Alemanha. Porém, a despeito da divergência, foram acordadas sanções contra paraísos fiscais que não estejam em conformidade com as regras fixadas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como o comunicado mesmo anuncia, “a era do sigilo bancário terminou”.

Ainda, a reunião evidenciou o fracasso dos esforços de Obama com vistas a gerar consenso em torno da criação de pacotes adicionais de estímulos fiscais. A esse respeito, Gordon Brown limitou-se a declarar apoio às medidas necessárias para a restauração do crescimento econômico e da criação de empregos. Essa postura é reflexo da cautela europeia em relação a soluções que envolvam maior endividamento e inflação. A coalizão poderá ter outra perspectiva sobre a proposta de Obama na próxima reunião do G-20, programada para setembro em Nova York..

A dimensão social encontra espaço na cúpula do G-20

O aspecto social também teve seu lugar na cúpula: seu mote foi “estabilidade, crescimento e emprego”. O G-20 reconheceu não somente a dimensão humana da crise, mas também a responsabilidade do grupo na mitigação do seu impacto social. Os países destinaram US\$ 50 bilhões para proteção social, comércio e desenvolvimento dos países de baixa renda. O plano de recuperação incorpora outros adjetivos, como “sustentável e verde”, identificando também a relevância das mudanças climáticas.

Reações entre os participantes

As reações acerca da reunião foram as mais variadas. O jornal *The New York Times* destacou o fracasso do Presidente Obama em convencer seus parceiros sobre os pacotes de estímulos fiscais. De outro lado, o Presidente francês Nicolas Sarkozy declarou que os resultados do encontro superaram as expectativas e representaram a reforma mais profunda do sistema financeiro desde 1945. Na opinião do Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, o encontro foi histórico. Somente três países latino-americanos participaram da cúpula –

Argentina, Brasil e México (aliás, este último solicitou recentemente ao FMI uma linha de crédito flexível).

Por fim, um dos aspectos mais importantes deste encontro – e que monopolizou a atenção da mídia – diz respeito ao cumprimento dos compromissos não somente do ponto de vista internacional, mas também no âmbito doméstico. Carolyn Deere, pesquisadora do Projeto de Governança do Comércio Internacional da Universidade de Oxford, comentou que apesar de as decisões do G-20 indicarem um passo no rumo correto, não está claro quem serão os verdadeiros beneficiários desse financiamento ao comércio.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 6, No. 6 - 7 abr. 2009.

Discussões da OMPI sobre patentes focalizam políticas públicas

Depois de uma semana de deliberações intensas, o Comitê Permanente sobre o Direito das Patentes (SCP, sigla em inglês) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) decidiu prosseguir com o trabalho em quatro áreas temáticas consideradas críticas. A reunião na sede da OMPI, em Genebra, entre 23 e 27 de março, constituiu etapa preparatória da conferência sobre os desafios em matéria de propriedade intelectual (PI), a ser realizada em julho.

Após pausa de três anos nas negociações, o SCP ainda está em fase de recuperação. As discussões foram interrompidas em 2006, quando países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs) encamparam posições contrárias acerca da expansão dos requisitos mínimos previstos no Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). Em junho de 2008, as negociações foram retomadas e, desde então, o comitê vem trabalhando vagarosamente para estabelecer um programa de trabalho e agregar conhecimento técnico para orientar as negociações.

Durante a reunião, o comitê adicionou dois tópicos à lista de temas a serem considerados:

sistemas de gestão de qualidade das patentes e meio-ambiente. Em relação a este último, conferiu-se particular ênfase às mudanças climáticas e às fontes alternativas de energia.

As discussões da reunião concentraram-se em quatro áreas temáticas principais, relativas a estudos preliminares preparados pelo Secretariado da OMPI: (i) exclusões de matéria patenteável e exceções e limitações aos direitos de PI; (ii) disseminação de informação sobre patentes; (iii) normas técnicas e patentes; e (iv) sigilo de informações entre cliente e advogado. Estes temas serão discutidos novamente durante a próxima reunião do SCP, em novembro de 2009.

Exclusão de matéria patenteável e exceções e limitações aos direitos

As discussões sobre exclusões da matéria patenteável e exceções e limitações estiveram baseadas em um estudo preliminar sobre o tema, preparado pelo Secretariado da OMPI. PEDs como Egito, Chile e aqueles que integram o Grupo Asiático queixaram-se de que o estudo da OMPI apenas fazia referência a considerações multilaterais, esquecendo-se dos acordos bilaterais e plurilaterais. Por sua vez, a Índia sustentou que as exclusões às patentes guardam relação com a condição econômica dos países e que as especificidades jurídicas de cada país deveriam ter sido estudadas. Apesar das críticas, os PEDs, de modo geral consideraram o estudo preliminar conciso e equilibrado.

O SCP decidiu solicitar ao Secretariado que contratasse especialistas para preparar um estudo sobre exclusões, exceções e limitações. Delegados concordaram que o relatório deveria se concentrar em alguns temas sugeridos, por exemplo, saúde pública, educação, pesquisa, experimentação e patenteabilidade de formas de vida – inclusive sob uma perspectiva de política pública e desenvolvimento sócio-econômico, considerando o nível de desenvolvimento dos países.

Disseminação de informação sobre as patentes

Diversas delegações enfatizaram a importância de seguir as recomendações previstas na Agenda do Desenvolvimento da OMPI acerca da

disponibilização de informação sobre patentes. Progressos neste âmbito seriam essenciais à disseminação do *know-how* que orienta decisões em matéria de PI, concorrência e estratégias econômicas. Neste contexto, o Secretariado fez referência à iniciativa da OMPI de criar um centro de informação tecnológica global.

Normas técnicas e patentes

O tema da relação entre patentes e normas técnicas surgiu recentemente, com a expansão das tecnologias de informação e comunicação na década de 1990 e a subsequente proliferação dos registros de patentes e normas. O conflito entre patente e norma técnica pode existir quando a implementação desta exige o uso de tecnologias protegidas por patentes (ver *Pontes Bimestral*, Vol. 5, No. 1, mar. 2009, <http://ictsd.net/i/news/pontes/43377/>). Nestes casos, é grande o risco de práticas anti-competitivas, de exclusão de competidores e de altos custos de licenciamento.

O debate do comitê enfatizou a natureza interligada dos temas sob consideração e o papel que os governos e organizações promotoras de normas técnicas podem exercer nesta área.

Sigilo profissional do advogado

A maioria dos países conta com alguma estipulação pelo sigilo profissional dos advogados na relação com seus clientes, mas não aos consultores em matéria de PI. Para diversos PDs, este tema traz algumas implicações internacionais que merecem ser tratadas na OMPI. Tais países enfatizaram que a ausência de harmonização internacional nesta matéria aumenta o risco de perda de informações pelos clientes, que perdem a confiança nos consultores de PI. Sustentam, assim, que seja permitida aos detentores de direitos de PI a comunicação livre com especialistas, sabendo que sua confidencialidade estará assegurada.

Contudo, Argentina, Brasil e China apresentaram preocupações quanto à harmonização nesta área, afirmando que o sigilo da relação cliente-advogado é um tema de cunho privado, que não deveria ser regulamentado pelo direito internacional. O Brasil fez referência ao artigo 1º do Acordo TRIPS,

enfatizando que todos os países devem ser livres para determinar um método apropriado de implementação dentro de seu próprio ordenamento e de sua prática jurídica.

A Câmara de Comércio Internacional e a Associação para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI, sigla em inglês) também participaram ativamente dessa discussão. As duas entidades submeteram uma carta ao SCP mediante a qual propuseram a criação de um grupo de trabalho sobre o assunto, sugerindo que mesmo os profissionais não-juristas fossem beneficiados pela confidencialidade.

Após as negociações, o SCP concordou em expandir os estudos preliminares sobre o sigilo cliente-advogado, de modo a refletir a situação atual. Este estudo deverá levar em conta as perspectivas de diversos especialistas.

Outros temas

A próxima reunião da OMPI sobre PI e desafios globais, prevista para meados de julho, foi tema de acaloradas discussões na reunião do comitê. Menciona-se a importante intervenção do diretor-geral da OMPI, Francis Gurry, responsável por mobilizar os delegados pela realização da conferência – cujo programa incluirá saúde, meio-ambiente, mudança climática e segurança alimentar.

Dalindyeb Shabalala, representante do Centro para o Direito Ambiental Internacional (CIEL, sigla em inglês), afirmou a importância de manter as mudanças climáticas na agenda. Maximiliano Santa Cruz, diretor do comitê, demonstrou satisfação pelas discussões significativas durante a reunião.

“Creio que os membros entendem a necessidade de cuidar do Comitê e percebem que resultados concretos e equilibrados serão alcançados por meio de discussões substantivas. Os estudos em preparação servirão a este fim. Esta é apenas a segunda reunião após quase três anos de paralisação. Na minha opinião, já conseguimos avançar bastante em termos de construção de confiança e por concordarmos em discutir temas tecnicamente difíceis e politicamente sensíveis”, afirmou Santa Cruz.

Traduzido e adaptado de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 12 - 01 abr. 09.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Política Ambiental dos EUA: projeto ambicioso em debate no Congresso

O novo projeto de lei apresentado pelos democratas no Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) tem sido elogiado por grupos ambientalistas, que o classificam como um plano ousado de combate às mudanças climáticas. Os críticos, por outro lado, afirmam que serão necessárias grandes alterações em seu conteúdo para sua aprovação no Senado.

A Lei Estadunidense de Energia Limpa e de Segurança Energética de 2009, apresentada por Henry Waxman (Califórnia), congressista que preside o Comitê de Energia e Comércio do Congresso, propõe um ambicioso sistema de comércio de licenças de emissão (*cap-and-trade*), que ultrapassa as metas inicialmente propostas pela Administração Obama.

O projeto ora em debate propõe outras iniciativas que visam à melhoria das condições ambientais, tais como um plano para reduzir as emissões de carbono por meio de compensação, um esquema de energia renovável e novos padrões de emissão no setor de transportes.

Alguns críticos argumentam que medidas como o *cap-and-trade* colocariam a economia estadunidense em risco, uma vez que obrigam a indústria doméstica a competir com países em que tais restrições não existem. No entanto, Waxman argumentou que a Lei trará vantagens para a economia. “Essa legislação criará milhões de empregos relacionados a energia limpa”, afirmou o congressista. “Nosso objetivo é fortalecer a nossa economia, fazendo EUA o líder mundial em tecnologias inovadoras de energia limpa e eficiência energética”.

Lei enfatiza comércio de carbono

O programa de *cap-and-trade* proposto surpreendeu alguns observadores ao estabelecer metas de curto prazo mais ambiciosas do que aquelas inicialmente sugeridas por Barack Obama. A nova lei visa à redução, em todos os setores da economia, da emissão de gases de efeito estufa em 3% até 2012, em 20% até 2020, em 42% até 2030 e em 83% até 2050. Em contraste, Obama havia sugerido redução de 15% até 2020.

Ainda, a lei estabelece um teto para as emissões de gases de efeito estufa e exige que as entidades que emitem mais de 25.000 toneladas de dióxido de carbono ao ano tenham direito a uma licença federal comercializável ou a permissões que lhes autorizem a poluir. O programa estipula, ainda, um limite de permissões disponíveis, sendo que o número de licenças decresce a cada ano.

Se, por um lado, a proposta oferece um delineamento básico sobre como o mercado nacional de *cap-and-trade* funcionaria, não especifica como os créditos de carbono serão distribuídos entre os poluidores. Recentemente, o Presidente Obama declarou que gostaria de presenciar o fim de todos os leilões de licenças, mas ressaltou que não se tratava de uma exigência.

Indústrias dizem que *cap-and-trade* dificultará concorrência

Os proponentes da lei afirmam que ela se diferencia da posição adotada durante a Administração Bush, uma vez que estabelece uma nova conduta em matéria de energia limpa. No entanto, algumas indústrias estão preocupadas com relação a seu papel nesse novo contexto.

Recentemente, representantes da indústria siderúrgica estadunidense alegaram que seria necessária a imposição de taxas de importação sobre produtores de aço de países como China e Índia, caso estes não adotem metas similares de redução de emissões. “Os produtores de aço chineses desfrutam de uma vantagem injusta no comércio global devido à falta de *enforcement* dos padrões de poluição, os quais são excepcionalmente frágeis”, disse Scott Paul,

diretor-executivo da Alliance for American Manufacturing.

Os concorrentes estadunidenses alegam que seu custo de produção aumentou de forma significativa como resultado de investimentos em sistemas de controle de poluição com o objetivo de reduzir componentes da chuva ácida.

Terry Straub, vice-presidente da US Steel Corp, afirmou que o governo deveria considerar cuidadosamente o impacto da invasão de importações estrangeiras a baixo preço e sugeriu que fosse imposta uma taxa de carbono sobre produtores de aço de países que não estabeleceram limites para as emissões de gases de efeito estufa.

Informação adicional

A cópia do projeto de lei está disponível em: <http://www.eenews.net/public/25/10364/features/documents/2009/03/31/document_gw_03.pdf>.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 9, No. 6 - 3 abr. 2009.

Formas alternativas de financiamento para o comércio bilateral Brasil-Argentina

Com o agravamento da crise econômica global, a oferta de crédito no mercado internacional foi reduzida drasticamente, o que se mostrou extremamente prejudicial ao comércio, que deverá sofrer retração de 9% no ano de 2009, segundo previsão publicada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no último dia 23.

No entanto, a intensificação do comércio internacional é uma das principais saídas para a superação dos efeitos da crise, conforme evidenciado pela reunião do G-20 no início de abril, em que foi aprovado um pacote de estímulo ao comércio no valor de US\$ 250 bilhões.

O comércio bilateral Brasil-Argentina já começou a sentir os efeitos da crise econômica e da retração das linhas de crédito ao comércio. No primeiro bimestre do ano, as exportações do Brasil para a Argentina caíram 49%, e as importações, 44%. A imposição de barreiras comerciais tem constituído objeto de desavenças entre empresários brasileiros e argentinos. Ademais, são crescentes as demandas de empresas do Cone Sul por novas formas de financiamento ao intercâmbio comercial, de modo a manter o comércio internacional ativo.

Bancos públicos oferecem crédito

Na atual conjuntura internacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornou-se o principal aliado do governo brasileiro na contenção dos impactos da crise. Com mais de R\$ 100 bilhões em recursos para investir em infra-estrutura e abrir linhas de financiamento, o BNDES ainda não recebeu pedidos muito expressivos. No entanto, o financiamento do banco às exportações atingiu R\$ 6,6 bilhões em 2008, 54% a mais do que no ano anterior. Isso se deve às fortes quedas na oferta de crédito por parte das instituições privadas com o agravamento da crise.

As linhas de financiamento do BNDES incluem várias modalidades de apoio à exportação, garantidas pelo Seguro de Crédito da Seguradora Brasileira de Créditos à Exportação, bem como o apoio financeiro a investimentos. Dentre essas opções, destaca-se o BNDES-*exim*, programa de estímulo à exportação brasileira de bens e serviços de maior valor agregado com vistas à sua inserção em mercados competitivos. A iniciativa tem funcionado bem no âmbito da América do Sul, o que contribui para a aproximação dos mercados do Cone Sul e a presença de empresas brasileiras na região.

Análogo ao BNDES na Argentina, o Banco de Investimento e Comércio Exterior (BICE) também conta com uma série de linhas de financiamento à exportação, ainda que com menor abrangência em comparação ao programa do banco brasileiro. A meta do BICE é fomentar o investimento produtivo e o comércio exterior de empresas argentinas, de modo a fortalecê-las fora do país. De forma indireta, o BICE pretende elevar o número de postos de trabalho e

contribuir para o desenvolvimento da Argentina. As linhas de financiamento do BICE contam com o pré-financiamento e pós-financiamento das exportações, além de seguro de crédito para cobrir os riscos associados às operações de troca.

China: novas perspectivas de financiamento

Diante da carência de recursos dos bancos estadunidenses e europeus, os bancos chineses tendem a se fortalecer no mercado internacional. Com efeito, estes contrariaram tendências globais ao registrarem aumento de 31% no lucro de 2008 para 2009. No contexto latino-americano, a recente e gradual aproximação entre China e América Latina coloca o país asiático como alternativa viável à obtenção de crédito.

Em janeiro, o país integrou-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, no último dia 30, na conferência de presidentes de bancos centrais do BID, declarou que seu setor financeiro estava preparado para expandir a cooperação com a América Latina. Nesse sentido, o Banco Central Chinês assinou um acordo de troca de moeda com o Banco Central da Argentina no montante de US\$ 10,2 bilhões.

No Brasil, o Banco da China prepara-se para inaugurar sua primeira agência da América do Sul concomitantemente à abertura de uma linha de financiamento de US\$ 11 bilhões para o país. O Banco de Desenvolvimento da China, outro grande banco chinês, passa por avaliação do Banco Central para entrar no Brasil.

Segundo o Embaixador brasileiro em Pequim, Clodoaldo Hugueneu, além de linhas de financiamento para empresas e comércio, negocia-se a participação chinesa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Banco de Desenvolvimento da China pretende colocar à disposição da Petrobrás a quantia de US\$ 10 bilhões. Oferecerá, ainda, um pacote de US\$ 800 milhões ao BNDES e de US\$ 100 milhões para o Itaú, a exemplo do acordo de assistência financeira firmado com o BICE no final de março, que aumentou em US\$ 30 milhões a sua linha de financiamento às exportações e a projetos de inversão de empresas argentinas.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes Consultadas:

BICE. *El Banco de Desarrollo de China acuerda nueva asistencia financiera con el BICE*. (23/02/2009). Disponível em: <http://www.bice.com.ar/SP/novedades/novedad_det.asp?id=238>. Acesso em: 5 abr. 2009.

BNDES. *Exportação e Inserção Internacional*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/exportacao/default.asp>>. Acesso em: 4 abr. 2009.

Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico. *China disposta a fomentar cooperação financeira com América Latina*. (31/03/2009). Disponível em: <http://www.cbcd.org.br/home/noticias_detalle.asp?paCodNoticia=2947>. Acesso em: 4 abr. 2009.

O Estado de São Paulo. *BNDES muda atuação na crise*. (06/04/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=563712>. Acesso em: 4 abr. 2009.

Valor Econômico. *Capitalizados, bancos chineses desembarcam este ano no Brasil*. (31/03/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=561753>. Acesso em: 2 abr. 2009.

BREVES MULTILATERAIS

OMC pede que EU liberalize agricultura e serviços

Em relatório publicado em 6 de abril, a Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê que a União Europeia (UE) – o maior exportador e o segundo maior importador de alimentos – desempenhará importante papel na diminuição e reversão da atual crise econômica global. Para tanto, o bloco europeu deveria aprofundar a

liberalização de seus setores agrícola e de serviços para poder estimular a recuperação do bloco após as perdas sofridas durante a crise financeira e econômica globais.

Os delegados da OMC puderam discutir o relatório de revisão das políticas comerciais (TPR, sigla em inglês) da UE durante reunião do comitê de TPR da Organização, entre os dias 6 e 8 de abril.

Nos debates, adquiriu destaque a política comercial comum da UE (CAP, sigla em inglês), que determina os níveis tarifários e de subsídios do setor agrícola europeu. A Organização solicitou a Bruxelas que simplificasse seu sistema tarifário agrícola e diminuísse as tarifas para produtos agrícolas.

O relatório da OMC ressalta, entretanto, que a UE já fez alguns progressos nessas áreas. A reforma da CAP de 2003 aumentou a competitividade de produtos como açúcar, frutas e verduras e subprodutos do vinho. Tal reforma também eliminou os subsídios a exportação para frutas, verduras e vinho. Entretanto, os subsídios para exportação de bens agrícolas continuam sendo uma das ações mais controversas da UE perante a OMC. Em janeiro passado, a UE decidiu re-introduzir os subsídios à exportação para alguns produtos lácteos, bem como aumentar os subsídios para carne de frango sob a justificativa da crise econômica mundial. Tal atitude foi fortemente criticada pelos Membros da OMC.

Em reação ao TPR da UE, o Brasil considerou os subsídios europeus à exportação agrícolas como “um passo em direção ao passado” e solicitou reformas profundas no sistema. O governo brasileiro afirmou, ainda, que os níveis dos subsídios agrícolas da UE deveriam ser “motivo de vergonha” e que a retomada de auxílios a produtos lácteos constituem sinais negativos em momento delicado.

Um representante europeu afirmou que Bruxelas pretende cortar em 80% seus subsídios distorcivos ao comércio e eliminar toda forma de subsídio à exportação.

A OMC, por sua vez, pediu maior liberalização do setor de serviços – considerado pelo relatório

como a coluna dorsal da economia europeia. Se, por um lado, a UE abriu suas indústrias de telecomunicação e seus serviços postais, por outro, ainda permanecem significativos obstáculos administrativos e regulatórios, os quais dificultam o fluxo do comércio de serviços entre os Estados Membros da UE. O relatório da OMC aponta para o fato de que diversos serviços – como turismo, distribuição, construção e engenharia – evidenciam a falta de coordenação dos 27 países do bloco em matéria de política de mercado.

No entanto, o documento parabenizou a UE pelo ativo desempenho na OMC e considerou o bloco como “uma força” por trás das negociações comerciais da Rodada Doha.

O secretariado da OMC realiza revisões periódicas das políticas comerciais de todos os seus Membros. Esta é a nona vez que a política comercial da UE foi avaliada.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 13 - 8 abr. 2009.

Países sul-americanos e árabes confiam na cooperação Sul-Sul para enfrentar a crise

A necessidade de acabar com a especulação financeira, reforçar os mecanismos de cooperação e comércio Sul-Sul, propiciar o multilateralismo e integrar as ações para superar a crise financeira e ecológica foram alguns dos pontos abordados durante a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), realizada em Doha, Qatar, em 31 de março.

O encontro contou com a participação de representantes de 34 países: 22 da Liga Árabe e 12 da América do Sul, os quais enfatizaram, em linhas gerais, que seus governos não são responsáveis pela crise financeira e que as propostas do Sul para enfrentar as dificuldades atuais devem ser ouvidas. A cooperação Sul-Sul em temas como desenvolvimento, inovação e luta contra a pobreza foi valorizada como um mecanismo de grande potencial.

Para a Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, a Declaração de Doha resultante da referida Cúpula deveria servir como instrumento de voz dos países reunidos em Qatar para a Cúpula do G-20, que ocorreria dois dias depois e da qual participaram somente três dos 34 países reunidos em Qatar – Arábia Saudita, Argentina e Brasil. Bachelet insistiu que adiar o combate à crise financeira e ecológica pode conduzir a crises sociais e políticas com consequências muito mais graves.

Ainda com o tom de urgência, Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, atentou para o fato de que a crise continuará avançando e que, por esse motivo, é indispensável desenvolver mecanismos de produção que considerem e aproveitem as complementaridades das regiões em matéria de alimentos, energia e tecnologia. Segundo Chávez, os países sul-americanos possuem as maiores reservas de água do mundo e uma das maiores capacidades de produção de alimentos, fatores que lhes permitem contribuir para o processo de superação da atual crise.

Enquanto isso, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, advogou por maior controle e transparência dos mercados e pela conclusão imediata da Rodada Doha, além de rechaçar com veemência o protecionismo.

Para a III Cúpula ASPA, que ocorrerá em Lima (Peru) no primeiro semestre de 2011, espera-se obter avanços concretos nas agendas de temas como comércio, cooperação, transferência de tecnologia, entre outros.

Desde a I Cúpula ASPA, celebrada no Brasil, em 2005 – ocasião em que foi assinado um Acordo de Cooperação Econômica bi-regional –, o intercâmbio comercial entre países árabes e sul-americanos triplicou. Atualmente, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) está negociando acordos de livre comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo – integrado por Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Kuwait –, além de Egito e Jordânia.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 6, N. 6 - 7 abr. 2009.

BREVES REGIONAIS

Países africanos lançam iniciativa de infra-estrutura para intensificar comércio

Três comunidades econômicas da África anunciaram planos na última semana para a realização de uma nova iniciativa de infra-estrutura com o propósito de aumentar os fluxos comerciais dentro do continente. Com o apoio de governos externos por meio de doações, os grupos planejam criar uma rede de transportes confiável e eficiente que atravesse oito países africanos, da África do Sul à República Democrática do Congo. O custo do projeto, chamado Corredor Norte-Sul, é estimado em US\$ 1 bilhão.

Juma Mwapachu, secretário-geral da Comunidade da África Oriental, afirmou que o continente precisa de estruturas de governança próprias para aumentar a integração regional. Segundo Mwapachu, o aperfeiçoamento da infra-estrutura é essencial para que se possa intensificar os fluxos de comércio. Sem esse aperfeiçoamento, não se pode otimizar o comércio e aproveitar o amplo espaço de troca criado na África.

Autoridades esperam que o projeto permita aos produtores concorrer em outros mercados regionais e internacionais por meio de exportações mais eficientes, redes de transporte aperfeiçoadas, além de medidas para renovar o fornecimento e a transmissão de energia.

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, que comparecerá a uma reunião sobre o projeto em abril, disse que o Corredor Norte-Sul ajudará a promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza. “Tais iniciativas nunca foram mais urgentes do que no momento atual da crise econômica global”, ressaltou Lamy.

De fato, metade dos 26 países apontados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como “altamente vulneráveis” aos efeitos da desaceleração econômica se encontra na África.

No último ano, em razão do repentino aumento nos preços das commodities, a África acumulou US\$ 800 bilhões em receitas oriundas do comércio, mas há previsões de que este valor seja reduzido em 20 ou até 25% para 2009 e 2010.

Muitos fatores desencadearam os problemas econômicos do continente, com destaque para a diminuição na ajuda por meio de doações dos países ricos, bem como a redução nos fluxos de investimentos externos e remessas à África por parte de africanos que vivem fora do continente. Soma-se a isso a escassez generalizada de crédito, que dificulta a situação de exportadores africanos que dependem de financiamento.

Dominique Strauss-Kahn, diretor do FMI, em uma conferência no mês passado, ressaltou que a África não deve ser esquecida em meio à desaceleração global. “Não se trata apenas de proteger o crescimento econômico e as receitas domésticas – trata-se também da contenção do risco de tensões civis, talvez até de guerra. Trata-se de pessoas e de seus futuros”, disse Strauss-Kahn.

Tradução de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 12, 1 abr. 2009.

Moçambique aprova política para biocombustíveis

Interessado em reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados, o governo de Moçambique aprovou, em 24 de março, a Política e Estratégia Nacional de Biocombustíveis. A nova plataforma institui a regulamentação da produção de biocombustíveis e estabelece diretrizes voltadas tanto ao setor público quanto ao privado.

Segundo Luís Covante, porta-voz do governo, outros fatores contribuíram para motivar a adoção do novo arcabouço normativo, como a necessidade de garantir segurança energética e de aproveitar as características naturais do país para promover o crescimento econômico de forma sustentável. Com efeito, a decisão parlamentar foi precedida por um estudo a respeito das condições verificadas no país para dar início à produção

dessa fonte alternativa de energia, bem como de seus potenciais benefícios e impactos.

A preocupação relacionada à segurança alimentar teve destaque nos debates. Covante, que também desempenha a função de Vice-Ministro da Cultura, garantiu: “Vamos produzir os biocombustíveis, no entanto sem comprometer a produção alimentar”. Como matérias primas estipuladas para a fabricação de etanol figuram cana-de-açúcar e sorgo, enquanto o biodiesel deverá ser obtido a partir de coco e jatrofa. Apesar da ressalva, a coexistência entre culturas para uso alimentar e para fabricação de biocombustíveis é considerada inevitável, segundo o Ministro de Energia do país, Salvador Namburete.

A mesma sessão parlamentar que votou a aprovação do documento decidiu pela criação do Conselho Nacional de Biocombustíveis, órgão incumbido de fiscalizar a implementação das políticas voltadas ao setor.

Dentro do esforço para promover o desenvolvimento da produção de biocombustíveis, Moçambique conta com a parceria do governo e setor empresarial de outros países, dentre os quais o Brasil. As afinidades culturais e históricas, bem como a identidade do idioma, facilitam a cooperação entre os dois países. A experiência do Brasil a respeito das práticas socioambientais relacionadas ao setor também pode ser objeto da colaboração, como destacou Eduardo Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA).

Moçambique tem firmado acordos de cooperação em matéria de comércio, investimento e transferência de tecnologia há alguns anos, o que o coloca em estágio mais avançado no desenvolvimento de políticas públicas para o setor em comparação a outros países africanos, como Angola (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, N. 5 - 30 mar. 2009, <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/44304/>). A primeira usina de etanol moçambicana, inaugurada em outubro de 2007, contou com aporte britânico no valor aproximado de US\$ 510 milhões. A unidade industrial denominada Procana foi instalada em Massingir, província de Gaza, e tem como meta produzir anualmente 120 milhões de litros de etanol.

Mais recentemente, estimulados pela aprovação da Política de Biocombustíveis, três projetos passaram pelo aval do governo moçambicano, distribuídos entre as regiões sul, norte e centro do país. A princípio, a produção deverá dirigir-se primordialmente à exportação. A fim de estimular o consumo interno, o poder público pretende estabelecer a mistura obrigatória de 15% de biocombustíveis à gasolina e ao diesel, no prazo de cinco anos.

O investimento para produzir nos países africanos tem relevante caráter estratégico, uma vez que a condição de ex-colônias europeias desfrutada por estes países possibilita a exportação para a União Europeia (UE) com isenção tarifária. Também para os Estados Unidos da América (EUA), os biocombustíveis africanos gozam de isenção de tarifa, que para o etanol corresponde a US\$ 0,54 por galão. O benefício decorre da Lei de Oportunidades e Crescimento Africano, resposta estadunidense ao programa europeu “Tudo Menos Armas” (*Everything But Arms*), que busca favorecer o desenvolvimento dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), categoria integrada majoritariamente por nações africanas.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Portal do Governo de Moçambique. *Governo aprova estratégia de biocombustíveis*. (25/03/2009). Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/marco2009/nots_en_106_mar_09>. Acesso em: 06 abr. 2009.

Portal do Governo de Moçambique. *Biocombustíveis devem contribuir com 15% no consumo nacional*. (12/03/2009). Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/marco2009/nots_en_090_mar_09>. Acesso em: 06 abr. 2009.

União da Indústria de Cana-de-açúcar. *Etanol em Moçambique atrai brasileiros*. (30/03/2009). Disponível em: <http://www.unica.com.br/clipping/show.asp?c_ppCode=3F0D652B-5D5C-458D-BCB8-09B9B326738C>. Acesso em: 02 abr. 2009.

União da Indústria de Cana-de-açúcar. *Moçambique aprova política que incentiva produção de biocombustíveis*. (27/03/2009). Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?n_wsCode={46967A37-45C4-4B72-9775-55E99BDDA6F6}>. Acesso em: 06 abr. 2009.

Parceria Brasil-Chile requer análise das regras de origem

Em busca de parceiros comerciais alternativos, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), apoiado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), organizou uma missão com mais de 60 representantes de empresas brasileiras que, na primeira semana de abril, viajaram ao Chile. O objetivo da missão foi aproveitar os Tratados de Livre Comércio (TLCs) firmados pelo parceiro chileno e intensificar o fluxo comercial com o Brasil. De acordo com Hugo Baierlein Hermida, gerente de comércio exterior da Sociedade de Fomento Fabril (SOFOFA) – anfitriã do encontro –, há um enorme mercado para expansão da exportação, porém faltam produtos. Ademais, a produção de bens em território chileno para posterior exportação é interessante para o Brasil, na medida em que este pode desfrutar dos benefícios tarifários estabelecidos nos tratados dos quais o Chile é signatário.

Representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também participaram do encontro para apresentar mecanismos de financiamento a empresas brasileiras que desejam produzir no Chile ou exportar para este país. Para o Secretário de Comércio Exterior e um dos coordenadores do evento, Welber Barral, o aproveitamento dos TLCs e dos acordos fitossanitários já firmados, bem como do mercado doméstico chileno poderia beneficiar vários setores da indústria brasileira, tais como alimentos, metalurgia e equipamentos industriais. A proposta por trás dessa aproximação é transformar o Chile em uma plataforma de exportações.

Regras de origem limitam triangulação

Nesse contexto de negociações, é importante que o empresariado brasileiro atente para as regras de origem dos TLCs. Tais regras determinam a fonte nacional de determinado produto. Sua importância reside no fato de que sistemas tarifários preferenciais ou restrições comerciais são aplicados de acordo com o país de fabricação da mercadoria. Assim, caso o produto objeto de um TLC não seja produzido em nenhum dos países signatários ou não respeite os requisitos do tratado, não poderá gozar das condições comerciais e benefícios tarifários previstos naquele acordo.

Atualmente, o Chile possui TLCs vigentes com Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos da América, Japão, México, Panamá e União Europeia. Para que o Brasil consiga ter acesso a esses mercados por meio dos acordos firmados pelo parceiro sul-americano, é necessário que as regras de origem estabelecidas nesses TLCs não sejam violadas.

A obtenção integral da mercadoria em um só Estado – verificada com a produção integral da mercadoria com as matérias primas deste país – é o requisito clássico de averiguação da origem. Todos os TLCs chilenos definem como “integralmente obtido” a mercadoria fabricada a partir de: (i) minerais, vegetais, animais e seus respectivos derivados provenientes de pelo menos um dos Estados parte; (ii) caça e pesca em mar territorial e zona econômica exclusiva; e (iii) insumos nacionais e no território de uma das partes.

Há também o critério da transformação substancial, que trata dos produtos que passaram pela cadeia produtiva de dois ou mais Estados. Nesse caso – de especial interesse para os participantes da missão de empresários brasileiros –, o cálculo pode ser feito segundo o método de mudança de classificação tarifária, pelas listas de transformações específicas, pela porcentagem *ad valorem* e pelo valor de conteúdo regional (VCR), que expressa o valor agregado a cada etapa de transformação de determinado bem.

Esses critérios encontram-se pulverizados pelos TLCs subscritos pelo Chile, e apesar da

multiplicidade de condições impostas, nenhum deles obsta o fluxo de produtos que não sejam 100% nacionais, havendo patamares mínimos de VRC para mercadorias produzidas com componentes não-originários. Por exemplo, o acordo assinado com a China exige VRC não inferior a 40%, à exceção das mercadorias do anexo 3 do tratado. As classificações são tão extensas quanto variadas conforme o TLC, o que exige análise detalhada das especificações de cada regra de origem.

À parte do debate técnico, as perspectivas de expansão do mercado de exportação brasileiro com o Chile são animadoras e fazem parte de um esforço conjunto entre setores privado e público para dinamizar as relações comerciais do Brasil e redimensionar suas parcerias estratégicas. Como Barral argumentou, a paralisação das negociações na Organização Mundial do Comércio tornou necessária a busca por mercados alternativos, principal meta do encontro no Chile. Os resultados práticos da reunião ainda não foram divulgados.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Valor Econômico. *Indústria do Brasil quer aproveitar os acordos de livre comércio com o Chile*. (01/04/2009). Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/ValorImpresso/MateriaImpresso.aspx?dtMateria=1/4/2009%200:00:00&codMateria=5494520&codCategoria=89&scrollX=0&scrollY=783&tamFonte=>>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

Sociedade de Fomento Fabril. *Empresários de Chile y Brasil llaman a evitar proteccionismo*. (02/04/2009). Disponível em: <<http://www.sofofa.cl/mantenedor/detalle.asp?p=1&s=0&n=28537&forma=ep>>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

WITKER, Jorge. *Regras de origem nos Tratados de Livre Comércio*. Tradução e revisão de Clarissa Franzoi Dri. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

20 e 21 de abril

Reunião do Comitê de Acordos Comerciais Regionais

20 de abril

Órgão de Solução de Controvérsias

22 e 24 de abril

Reunião Órgão de Revisão de Políticas Comerciais - Moçambique

22 e 24 de abril

Reunião do Comitê sobre Restrições de Balança de Pagamentos

24 de abril

11ª Rodada de Consultas sobre Aspectos de Assistência ao Desenvolvimento do Algodão

27 de abril e 1º de maio

Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação do Comércio

28 de abril

Reunião do Comitê sobre Acesso a Mercados

29 a 30 de abril

Reunião do Conselho Geral

30 de abril

Reunião do Comitê sobre Licenças de Importação

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

21 a 22 de abril

Curso sobre Políticas e Instrumentos para Exportação

24 de abril

Curso curto sobre Temas Chave da Economia Internacional: superação das lacunas tecnológicas

27 a 29 de abril

Encontro de Especialistas em Comércio e Mudanças Climáticas: comércio e oportunidades de investimento e os desafios do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

30 de abril

Reunião do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da Organização Mundial sobre Propriedade Intelectual (OMPI): evento Unctad/ICTSD sobre domínio público e o desenvolvimento da agenda da OMPI

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

14 a 15 de abril

Reunião Ordinária do Grupo de Serviços

16 a 17 de abril

Reunião do Grupo *ad hoc* de Biotecnologia Agropecuária

16 de abril

Reunião do Grupo *ad hoc* de Serviços do ACE 59

28 a 30 de abril

Reunião Preparatória para a VII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul

30 de abril

Seminário sobre Transações Comerciais com Moedas Locais

Cepal

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

28 de abril

Primeira Reunião eLAC2010 Preparatória para a Conferência Ministerial de Lima em 2010

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

14 a 16 de abril

Fórum Econômico Mundial na América Latina: Implicações da Crise Econômica Global para a América Latina
Rio de Janeiro, Brasil

16 de abril

Publicação do Relatório Econômico da Nova Zelândia

19 a 20 de abril

Reunião Ministerial do G-8 para Agricultura

20 de abril

Publicação do Relatório Econômico da Estônia

20 a 22 de abril

Conferência Ministerial sobre Energia Nuclear no Século XXI, organizada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
Pequim, China

22 a 24 de abril

Reunião Ministerial do G-8 sobre Meio Ambiente
Siracusa, Itália

25 a 26 de abril

Reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional
Washington, EUA

27 de abril

Apresentação de Estudo sobre Investimento Estrangeiro Direto

27 de abril

Reunião “Gender, Development and Decent Work: Building a Common Agenda”, organizada pelo Programa de Desenvolvimento do Trabalho

27 a 28 de abril

Fórum Regional do Sudeste Asiático
Bangkok, Tailândia

28 a 29 de abril

Simpósio sobre Segurança Energética
Istambul, Turquia

29 de abril

Revisão do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento – revisão dos pares sobre a Áustria

Informações Úteis

Relatório do Fórum Mundial da Água

No período compreendido entre os dias 16 e 22 de março, ocorreu, em Istambul, a quinta edição do Fórum Mundial da Água. Delegados de 182 países compareceram ao evento em que foi apresentado o relatório “Water on a Changing World”, o qual apresenta números relativos ao uso, poluição e desperdício de água. Para maiores informações:

<http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=44779&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>

<<http://www.worldwaterforum5.org/>>.

Análise de Política Comercial (TPR) das Comunidades Europeias

O Secretariado da OMC publicou, em finais de abril, a Análise de Política Comercial (TPR, sigla em inglês) das Comunidades Europeias (CEs). De acordo com o estudo, o crescimento econômico das CEs dependerá da continuidade de reformas estruturais. Para acessar o TPR na íntegra, ver: <http://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/european_communities_e.htm>.

IEA organiza evento sobre mudanças climáticas

O Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP está organizando o seminário “Negociações sobre mudanças climáticas”, que ocorrerá no dia 22 de abril. A programação contará com exposições de Tércio Ambrizzi (IAG/USP), Branca Americano (Ministério do Meio-Ambiente), Adriano S. Oliveira (Ministério de Ciências e Tecnologias), José Eli da Veiga (FEA/USP), entre outros. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por e-mail (ineshita@usp.br, aos cuidados de Inês Hita). O evento ocorrerá das 14h às 19h no Auditório Alberto Carvalho da Silva, localizado à Av. Prof. Luciano Gualberto, Trav. J, 374 – Cidade Universitária, São Paulo.

Abertas as inscrições para concorrer a bolsas no Japão

O Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia do Japão abriu inscrições para o processo seletivo de bolsas de estudo MEXT2010, destinada a estudantes brasileiros com interesse em se envolver em pesquisas ou cursos de pós-graduação em universidades japonesas. As inscrições devem ser feitas de 5 a 29 de maio no Consulado Geral do Japão, em São Paulo. Para mais informações sobre a bolsa, ver: www.sp.br.emb-japan.go.jp. Um representante do Ministério japonês explicará detalhadamente o processo e as características da bolsa em uma palestra, que será realizada em 16 de abril, às 14h, no Auditório da Faculdade de Educação Física da USP. Para mais informações sobre a palestra, telefonar para (11) 3254-0100 ou enviar e-mail para cgj-cultural5@arcstar.com.br.

Vagas para docentes na Unesp

O Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Araraquara, abriu concurso para contratação de um professor assistente para a disciplina Desenvolvimento Sócio-econômico. As inscrições podem ser feitas até 17 de abril. O candidato selecionado trabalhará em regime de dedicação integral e sua remuneração será de R\$ 6.325,31 para candidatos portadores do título de doutor e de R\$ 7.541,33

para aqueles com título de livre-docente. Para mais informações, ver: www.fclar.unesp.br.

Bolsas de pós-graduação e para docentes na França

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) deu início à seleção de projetos conjuntos no âmbito do Programa Capes/Cofecub, que busca estimular a formação e o aperfeiçoamento de pós-graduandos e docentes vinculados a programas de pós-graduação de instituições por meio de projetos conjuntos. O programa Capes-Cofecub financia a realização de missões de trabalho e de estudos. Para as missões de trabalho são concedidas passagens aéreas e diárias. Para as missões de estudo há concessão de bolsas, passagens aéreas, seguro-saúde e auxílio-instalação a estudantes do lado brasileiro. As equipes brasileiras receberão ainda recursos de custeio no valor de até R\$ 10 mil por ano. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas até 30 de abril exclusivamente pela internet. As missões de estudo devem ser compostas de, no mínimo, quatro doutores, sendo a coordenação exercida por docente brasileiro com título de doutor obtido há pelo menos cinco anos, além de estarem vinculadas a um programa de pós-graduação avaliado pela Capes preferencialmente com conceitos 5, 6 ou 7. A duração prevista dos projetos selecionados é de até quatro anos, divididos em períodos de dois anos. Uma avaliação será efetuada no decorrer do segundo ano de execução para decisão sobre a renovação do projeto para o segundo período de dois anos. Para mais informações, ver: www.capes.gov.br.